

SUS Legal: Unificação de Contas Correntes

14 de dezembro de 2017



MINISTÉRIO DA
SAÚDE



DETERMINAÇÕES PARA OS REPASSES FEDERAIS

Acórdão 2.888/2015 (retificado pelo Acórdão nº 61/2016)

“promover discussão na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) para **regulamentar os critérios legais para o rateio dos recursos federais** vinculados à saúde, nos termos do art. 17 da Lei Complementar 141/2012 e do art. 35 da Lei 8.080/1990, com a possibilidade de redefinição das competências federais, estaduais e municipais no âmbito do SUS, **observando as seguintes diretrizes:**

- a) **integrar os incentivos financeiros** oferecidos pelo Ministério da Saúde, de modo a reduzir o excesso de normas atualmente existentes nas transferências financeiras federais;
- b) **detalhar de maneira suficiente as competências** nos três níveis de governo, de modo a evitar sobreposições de responsabilidades e a possibilitar a identificação precisa das responsabilidades executivas e financeiras de cada ente em relação às ações e dos serviços de saúde;
- c) **considerar as fragilidades técnicas e financeiras** da maior parte dos municípios brasileiros”.



MINISTÉRIO DA
SAÚDE



DETERMINAÇÕES PARA OS REPASSES FEDERAIS

Acórdão 2.888/2015 (relatório da Secretaria de Controle Externo da Saúde - SecexSaúde)

“a **vinculação de transferências financeiras a parcelas fracionadas na forma de diversos incentivos**, cada um com condicionantes específicos, inclusive financeiros, **pode gerar uma série de efeitos negativos para o processo de regionalização e baixa eficiência** na política de saúde. A **lógica dos incentivos fragmentados volta-se ao município isoladamente** considerado, **contradizendo a diretriz de organizar, no modelo das regiões de saúde**, a capacidade instalada e as necessidades de saúde da população.”



MINISTÉRIO DA
SAÚDE



CONTEXTO ATUAL – FUNCIONAL PROGRAMÁTICA (CUSTEIO) e BLOCOS

Repassse Federal e Aplicação por Estados e Municípios

Ministério da Saúde - FNS

Estados e Municípios

ORÇAMENTO FEDERAL (11 AÇÕES)

- PAB Variável
- PAB Fixo
- Saúde bucal (CEO)
- Incentivo DST/AIDS e Hepatites Virais
- MAC
- Samu 192
- Componente Básico Assistência Farmacêutica
- Componente Especializado da Assistência Farmacêutica
- Incentivo Vigilância Sanitária
- Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços etc.
- Incentivo Vigilância em Saúde

CONTAS DOS BLOCOS DE CUSTEIO

- Atenção Básica
- Média e Alta Complex.
- Assistência Farmacêutica
- Vigilância em Saúde
- Gestão do SUS

CENTENAS DE ROTULAÇÕES

“CAIXINHAS”

SUBFUNÇÕES

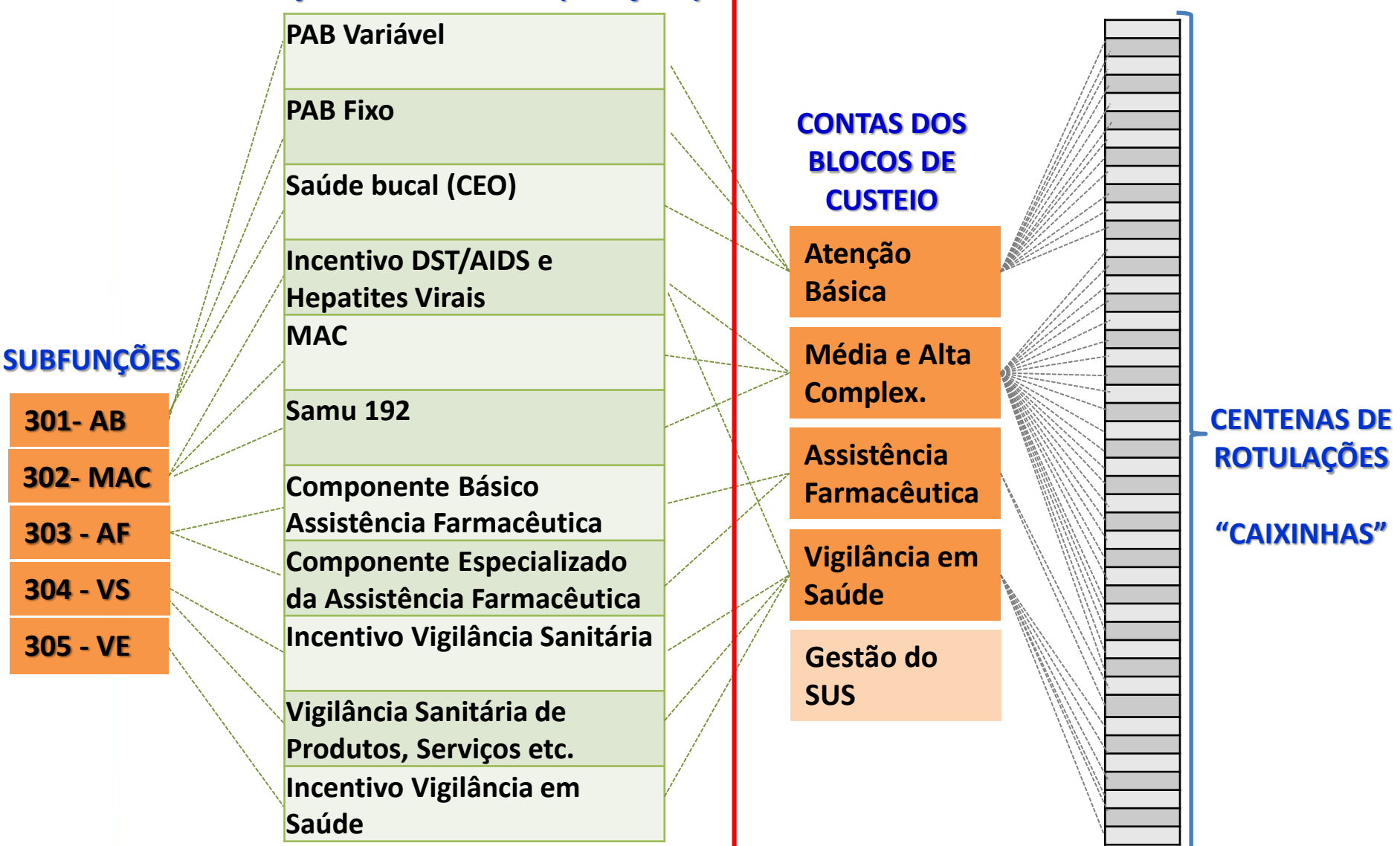
301- AB

302- MAC

303 - AF

304 - VS

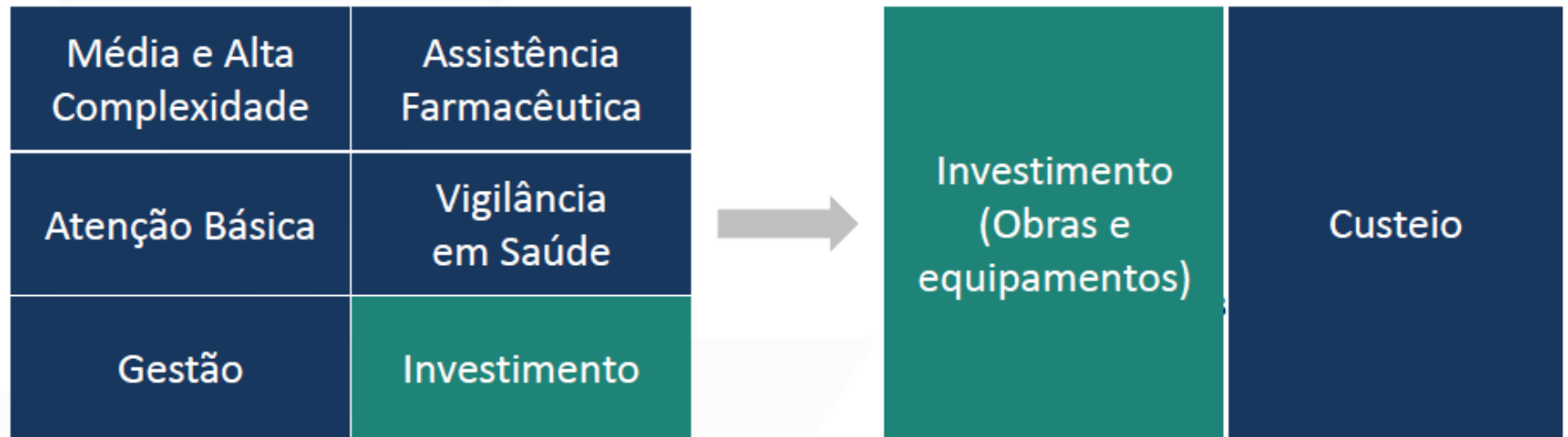
305 - VE



CONTEXTO ATUAL

- Histórico de financiamento por meio de formas restritas de aplicações de recursos federais
- Saldo acumulado entre R\$ 7 bilhões e R\$ 8 bilhões nas contas de Estados, municípios e DF referentes a recursos federais
- Determinações normativas impedem que o planejamento local aborde a realidade sanitária do território e impõem ações não necessárias ou insuficientes
- Contradições normativas e vazios normativos impedem monitoramento, avaliação e controle
- Verticalismo de repasses fragmentam os sistemas de informação e impedem o planejamento integrado

PACTUAÇÃO CIT EM JANEIRO/2017



ATIVIDADES REALIZADAS DESDE JANEIRO

- Três reuniões com ministros do TCU e equipe técnica.
- Diversas reuniões com Ministro do Planejamento e equipe técnica da Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MP).
- Diversas reuniões coordenadas pela Casa Civil e em articulação com o Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais (CMAP), envolvendo CGU, IPEA, STN e outros.
- Processo de reestruturação dos Núcleos Estaduais do MS, com criação de área de Apoio Institucional .
- Revisão do processo de Regionalização do SUS (Resolução CIT nº 23/2017), com futuros desdobramentos: Organização da RAS, Governança regional, Planejamento Regional, Programação, Regulação, Modelo de Atenção.

ATIVIDADES REALIZADAS DESDE JANEIRO

- Implantação da estratégia DIGISUS.
- Integração do SARGSUS e SISPACTO, com o desenvolvimento de do Módulo Planejamento (e-SUS Gestor), aprimorando o processo de monitoramento, avaliação e controle sobre os instrumentos de planejamento e gestão do SUS:
 - Alinhamento de Planos, PAS, Relatórios de Gestão aos instrumentos orçamentários: PPA, LOA, RREO e SIOPS.
- Viabilização de um processo de planejamento e orçamento ascendente, conforme a LC 141.
- Consolidação das normas do SUS (portarias GM): quase 800 portarias consolidadas em SEIS portarias de consolidação, incluindo uma específica de financiamento do SUS.



MINISTÉRIO DA
SAÚDE



PROPOSTA PARA UNIFICAÇÃO DAS CONTAS

➤ REVISÃO DA PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 6 (financiamento):

1. Unificação das contas de custeio em uma só:

Atenção Básica,
MAC,
Assistência Farmacêutica,
Vigilância em Saúde,
Gestão.



Conta Corrente:
Custeio de Ações e
Serviços Públicos de
Saúde

2. Remoção de toda e qualquer menção de que o recurso deve ser utilizado exclusivamente na finalidade X.
3. Inserção do conteúdo de FINANCIAMENTO DA NOVA PNAB na portaria de consolidação nº 6.
4. Referência à LC 141/2012, incluindo existência de: fundo, conselho, plano, PAS e relatórios, para recebimento de recursos.



MINISTÉRIO DA
SAÚDE



PROPOSTA PARA UNIFICAÇÃO DAS CONTAS

➤ REVISÃO DA PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 6 (financiamento):

5. Esclarecimento de que a memória de cálculo (rotulação) não vincula o uso de recursos, isto é, não existem “caixinhas”.
6. Esclarecimento de que os recursos repassados na conta única podem ser usado em quaisquer ações e serviços públicos de saúde, desde que sejam cumpridos os compromissos pactuados no recebimento dos recursos e respeitada a legislação vigente (planos, PAS, PPA, LOA, Relatórios de Gestão, RREO e SIOPS).

CONTEXTO ATUAL – FUNCIONAL PROGRAMÁTICA (CUSTEIO) e BLOCOS

Repassse Federal e Aplicação por Estados e Municípios

Ministério da Saúde - FNS

Estados e Municípios

ORÇAMENTO FEDERAL (11 AÇÕES)

PAB Variável
PAB Fixo
Saúde bucal (CEO)
Incentivo DST/AIDS e Hepatites Virais
MAC
Samu 192
Componente Básico Assistência Farmacêutica
Componente Especializado da Assistência Farmacêutica
Incentivo Vigilância Sanitária
Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços etc.
Incentivo Vigilância em Saúde

CONTAS DOS BLOCOS DE CUSTEIO

- Atenção Básica
- Média e Alta Complex.
- Assistência Farmacêutica
- Vigilância em Saúde
- Gestão do SUS

CENTENAS DE ROTULAÇÕES

“CAIXINHAS”

SUBFUNÇÕES

301- AB

302- MAC

303 - AF

304 - VS

305 - VE

PROPOSTA - FUNCIONAL PROGRAMÁTICA (CUSTEIO) e BLOCOS

Repassse Federal e Aplicação por Estados e Municípios

Ministério da Saúde - FNS

Estados e Municípios

SUBFUNÇÕES

ORÇAMENTO FEDERAL (6 AÇÕES)

SUBFUNÇÕES

301- AB

Atenção Básica

302- MAC

MAC

303 - AF

Assist. Farmac. (municípios)

304 - VS

Assist. Farmac. (estados)

305 - VE

Vigilância Sanitária

Vigilância em Saúde

CONTA
ÚNICA DE
CUSTEIO

301- AB

302- MAC

303 - AF

304 - VS

305 - VE

PAS e Relatórios
de Gestão
LOA, SIOPS e RREO



MINISTÉRIO DA
SAÚDE



Situação dos Relatórios Anuais de Gestão no SargSUS

Brasília, 14.12.2017



MINISTÉRIO DA
SAÚDE



Número de municípios sem RAG no SARGSUS

	2013	2014	2015	2016
TOTAL	257	305	473	758

UF	2016	
	nº	%
AC	11	50,00
AM	17	27,42
AP	3	18,75
BA	187	44,84
CE	30	16,30
ES	9	11,54
MA	62	28,57
MG	32	3,75
MS	15	18,99
MT	11	7,80
PA	49	34,03
PB	18	8,07
PE	17	9,24
PI	96	42,86
PR	2	0,50
RJ	7	7,61
RN	10	5,99
RO	20	38,46
RR	5	33,33
RS	62	12,47
SC	12	4,07
SE	23	30,67
SP	44	6,82
TO	16	11,51
BRASIL	758	14,52

Número de municípios, por estado, sem RAG 2016 no SargSUS

* Todos os municípios de AL e GO enviaram o RAG 2016



MINISTÉRIO DA
SAÚDE



- O RAG 2017 e de exercícios anteriores serão encaminhados via SargSUS.
- A partir do 1º RDQA 2018 o envio será realizado via Módulo Planejamento (e-SUS Gestor).